

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.825.771 - AL (2019/0105731-1)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE : SIND DOS TRAB DO SERVICO PUBLICO FED DO EST DE ALAGOAS**  
**ADVOGADOS : JOÃO FRANCISCO DE CAMARGO - AL006805**  
**FLÁVIO NASCIMENTO PINHEIRO - AL007105**  
**RECORRIDO : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA**

## **EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO JUDICIAL. 47,94%. ABSORÇÃO PELA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211/STJ. OFENSA À COISA JULGADA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. EXAME DO DISSÍDIO PREJUDICADO. RECURSO NÃO CONHECIDO.**

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVICO PUBLICO FEDERAL DO ESTADO DE ALAGOAS, com fundamento no artigo 105, III, "a", e "c" da CF de 1988, contra acórdão proferido pela 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fls. 657-661, e-STJ):

**EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO JUDICIAL. 47,94%. ABSORÇÃO PELA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA.**

I. Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que, em sede de execução de sentença referente ao percentual de 47,94%, declarou extinta a obrigação de fazer, ficando estabelecido como marco temporal de seu cumprimento a entrada em vigor da Lei nº 11.874/2008, que promoveu a reestruturação da carreira dos servidores.

II. Este Tribunal tem adotado o entendimento de que nos casos em que índices de reajustes salariais tenham sido reconhecidos por decisões transitadas em julgado, não devem continuar a ser pagos ou mesmo ser implantados nas situações em que tenha ocorrido a reestruturação da categoria profissional, vez que tais índices restariam absorvidos pelos novos valores vencimentais. (Precedente: TRF5. Segunda Turma. (AG/SE 08021646420164050000. Rei. Des. Fed. Paulo Roberto de Oliveira Lima. Julg. 06/07/2016).

III. Agravo improvido.

Os embargos de declaração foram rejeitados (fls. 50-51, e-STJ).

A parte recorrente aponta como vulnerado frontalmente o art. 5º, XXXVI, da CF (coisa julgada), além da violação dos artigos 1.022 e 1.036 do CPC/2015, ante a colidência com o que restou preceituado no representativo da controvérsia (REsp 1.235.513/AL), bem como dos comandos dos arts. 502, 503, 507 e 508, 525, VII, 535, VI, todos do CPC/15, além da distorcida interpretação do art. 54 da Lei 11.784/08.

Defende que há equívoco na construção textual da Corte de origem que encerrou conclusão dissociada, baseando-se tanto em situações que não se subsumem

# Superior Tribunal de Justiça

perfeitamente ao presente caso (por não observar a preclusão da matéria), como também, em premissas equivocadas, posto que a Lei 11.784/08 cria tão somente a rubrica GACEN, não havendo reestruturação de carreira.

Contrarrazões apresentadas às fls. 748-752, e-STJ.

Exame positivo de admissibilidade às fls.760, e-STJ.

É o relatório. Passo a decidir.

De início, afasta-se a alegada violação do artigo 1.022 do CPC/2015, uma vez que o recurso se cinge a alegações genéricas e, por isso, não demonstra, com transparência e precisão, qual seria o ponto omissso, contraditório ou obscuro do acórdão recorrido, bem como a sua importância para o deslinde da controvérsia, o que atrai o óbice da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicável, por analogia, no âmbito desta Corte.

A propósito, confira:

RECURSO FUNDADO NO NOVO CPC/2015. TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/15. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. ALEGAÇÃO DE INFRINGÊNCIA À SÚMULA. IMPOSSIBILIDADE. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL. CANCELAMENTO DA CDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. POSSIBILIDADE.

**1. É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 1022 do CPC se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissso, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF.**

[...]

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.134.984/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 6/3/2018).

Em relação à alegada afronta aos arts. 502, 503, 507 e 508, 525, VII, 535, VI, todos do CPC/2015, verifico que a insurgência carece de prequestionamento, uma vez que não foi analisada pelo tribunal de origem. Com efeito, o requisito do prequestionamento pressupõe prévio debate da questão pelo tribunal de origem, à luz da legislação federal indicada, com emissão de juízo de valor acerca dos dispositivos legais apontados como violados. No caso, malgrado a oposição de embargos declaratórios, o tribunal de origem não analisou, ainda que implicitamente, a aplicação do suscitado art. 54 da Lei n. 11.784/2008.

Dessa forma, não tendo sido apreciada tal questão pelo tribunal *a quo*, a despeito da oposição de embargos de declaração, aplicável, à espécie, o teor da Súmula n. 211/STJ, *in verbis*: "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*".

Senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE OFENSA A DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO ART. 10 DO DECRETO-LEI 20.910/32. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 211/STJ. DIREITO ADMINISTRATIVO. RESSARCIMENTO AO SUS.

# Superior Tribunal de Justiça

PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. DECRETO 20.910/32. ART. 32 DA LEI 9.656/98. ART. 199 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CONSTITUCIONALIDADE. PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AUSÊNCIA DE SUBSTRATO PROBATÓRIO SUFICIENTE PARA ILIDIR AS CONCLUSÕES DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA. TABELA TUNEP. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. INCIDÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO CONHECIMENTO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. HONORÁRIOS RECURSAIS. CABIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

[...]

**IV - A ausência de enfrentamento da questão objeto da controvérsia pelo Tribunal a quo, não obstante oposição de Embargos de Declaração, impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento, nos termos da Súmula n. 211/STJ. (grifo nosso)**

[...]

X - Agravo Interno improvido.

(AgInt no REsp 1.780.472/RJ, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 11/4/2019)

Ademais, o Tribunal *a quo*, após exame dos elementos fáticos nos autos, negou provimento ao Agravo de Instrumento por entender não ter havido violação à coisa julgada, ao afirmar que "*eventuais índices de reajustes salariais, que tenham sido reconhecidos por decisões transitadas em julgado não devem continuar a ser pagos ou mesmo sequer devem ser implantados quando se constata que a respectiva categoria profissional fora alcançada por plano de reestruturação da carreira, porquanto tais índices restariam absorvidos pelos novos valores vencimentais. Não colhe, pois, a alegação de agressão à coisa julgada*". In casu, rever tal entendimento, com o objetivo de acolher a pretensão recursal, reformando o acórdão recorrido, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7 desta Corte, assim enunciada: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. COISA JULGADA. SÚMULA 07/STJ. APLICAÇÃO. 1. O Tribunal a quo, com base no acervo fático probatório da lide, constatou estar configurado o fenômeno da coisa julgada, cuja alteração demandaria exame do acervo probatório produzido nas instâncias ordinárias, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor da Súmula 7 do STJ.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 828.749/SP, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 2/2/2018)

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. NÃO OCORRÊNCIA. OFENSA À COISA JULGADA. REVISÃO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.

1. Não ocorreu omissão no aresto combatido, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da

# *Superior Tribunal de Justiça*

parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

2. A alteração das conclusões adotadas pela instância ordinária, acerca da existência de coisa julgada em relação ao reconhecimento do exercício de atividade laboral em condições especiais no período ora pleiteado, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria novo exame do acervo fático-probatório, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 996.170/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 30/5/2017)

Por fim, em relação à alegada divergência jurisprudencial, a inadmissão do recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, em razão da incidência de enunciado sumular, prejudica o exame do recurso no ponto em que suscita divergência jurisprudencial se o dissídio alegado diz respeito ao mesmo dispositivo legal ou tese jurídica, o que ocorreu na hipótese.

Ante o exposto, **não conheço do recurso especial**, com fundamento nos arts. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do RISTJ. Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES  
Relator